



2672224



00135.221621/2019-18

**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS****ATA DE REUNIÃO**

Aos 29 dias do mês de novembro do ano de 2021, às 10h00, os seguintes membros do Comitê Interno de Governança, Riscos e Controles – CIGRC, instituído pela Portaria nº 23, de 15 de fevereiro de 2019, bem como os demais representantes de unidades do MMFDH, reuniram-se para a realização da 13ª Reunião do CIGRC: Secretária-Executiva - Tatiana Barbosa de Alvarenga; Secretária-Executiva Adjunta – Viviane Petinelli e Silva; Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno – Sérgio Nogueira Seabra; Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres – Cristiane Rodrigues Britto; Secretária Nacional da Juventude – Emilly Rayanne Coelho Silva; Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Claudio de Castro Panoeiro; Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Paulo Roberto; Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Maurício Cunha; e a Secretária Nacional de Proteção Global – Mariana de Sousa Machado Neris, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - Antônio Fernandes Toninho Costa.

Também estavam presentes a Subsecretária de Orçamento e Administração – Lorena Ferrer Cavalcanti Randal Pompeu; o Diretor de Projetos, Parcerias e Integração Institucional da Secretaria-Executiva – Pedro Paulo Teófilo Magalhães de Hollanda; o Coordenador- Geral de Projetos, Parcerias e Integração Institucional – Leandro Olsen; a Diretora de Planejamento e Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva – Ana Lúcia Muñoz dos Reis; o Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica, Claudio Oliveira; o Ouvidor da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos – Fernando Cesar Pereira Ferreira e o Coordenador-Geral de Assuntos Internacionais, Douglas dos Santos Rodrigues.

A Secretária-Executiva, Tatiana Alvarenga, abriu a reunião e comentou sobre a satisfação no processo de maturidade atingido pelo MMFDH e a oportunidade de rever nosso processo de gestão. A Secretária Tatiana ressaltou pontos importantes dessa reunião, como a deliberação dos Indicadores Estratégicos revisados, que foram amplamente discutidos entre as equipes e a deliberação do Plano Plurianual (PPA) e suas contribuições. Em seguida, apresentou os pontos de pauta da 13ª reunião, a saber: deliberação da revisão dos indicadores; deliberação de aprimoramento do PPA; Avaliação 2021, apresentada pela Diretoria de Projetos, Parcerias e Integração Institucional e pela Subsecretaria de Orçamento e Administração; Diretrizes 2022 – Priorização e Governança, apresentada pela Secretaria-Executiva; Demandas Governamentais; Mensagem Presidencial 2022 e Portfólio Estratégico.

Na sequência, passou a palavra para o Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica, Cláudio Oliveira, que falou sobre a importância da revisão dos indicadores estratégicos e sobre os meios de controle como legado do Ministério, com o objetivo de trazer luz às atividades das Secretarias. O Coordenador-Geral apresentou a nova proposta que organiza os indicadores em “cestas” e os unifica por tema formando índices, como: Índice de modernização de equipamentos de promoção e defesa de direitos humanos – cesta com 8 indicadores; Índice de defesa de direitos humanos – cesta com 9 indicadores; Índice de fortalecimento da rede de direitos humanos – cesta com 4 indicadores; Índice de capacitação em direitos humanos – cesta com 6 indicadores; Efetividade na proteção e promoção – cesta com 9 indicadores e Gestão Institucional – cesta com 7 indicadores. O Coordenador Cláudio Oliveira, após a apresentação dos novos indicadores, passou a palavra para a Secretária Tatiana submeter à deliberação do Comitê.

O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Sérgio Seabra, pediu a palavra e elogiou o trabalho da equipe no avanço desse tema, e pediu explicações sobre o indicador da Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD), de regulamentação de artigos da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), pois observou que este não era um indicador de resultado.

O Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Cláudio Panoeiro, solicitou um momento de fala e ressaltou os compromissos assumidos pela atual gestão, no âmbito internacional, sobre essa pauta. O Secretário Claudio explicou que o Auxílio Inclusão, por exemplo, beneficia, através do Benefício de Prestação Continuada (BPC), as pessoas com deficiência, e as incentiva a entrar no mercado de trabalho formal sem perder completamente o BPC, como forma de estimular a formalidade. O Secretário reforçou que esta formalidade acontece graças à regulamentação de artigos da LBI, pois cada artigo, lei ou decreto que é regulamentado, é uma entrega de direito na ponta, é a viabilização de direitos, e, por isso, a importância da existência desse indicador na SNDPD.

Neste momento, o Assessor Especial, Sérgio Seabra, agradeceu os esclarecimentos do Secretário Claudio Panoeiro, e sugeriu que se constasse no texto descritivo do indicador a sentença: “A implementação dos direitos por meio da regulamentação dos artigos da lei”.

Em seguida, a Secretária-Executiva Tatiana explicou que a troca do texto poderia ser perigosa pois a governabilidade dos dados não era sob total tutela do MMFDH e recomendou que se mantenha o texto como se encontra. A Ministra Damares Alves, ressaltou, através de uma breve explicação, sobre as dificuldades e os obstáculos no trabalho de regulamentação desses artigos e o que estas ações demandam.

A palavra foi passada à Secretária-Executiva Adjunta, Viviane Petinelli, que agradeceu o zelo por parte do Controle Interno, explicou sobre a complexidade dos indicadores de resultados e que os indicadores do MMFDH foram desenvolvidos com o intuito de captar o que o Ministério tem como missão institucional, que é a articulação e a mobilização. Com isso, a Secretária Adjunta defendeu a manutenção do texto original do indicador.

Consequentemente, a sugestão do Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno não foi contemplada.

A Secretária Nacional de Proteção Global, Mariana Neris, pediu a palavra e explicou que, em uma última análise, julgou que alguns indicadores estratégicos da Secretaria Nacional de Proteção Global não foram contemplados e questionou a possibilidade de apresentar dois novos indicadores, mesmo o processo de construção já ter passado.

A Diretora de Planejamento e Gestão Estratégica, Ana Reis, em resposta, disse que era possível e sugeriu que essa inclusão fosse feita no mês de dezembro, pois o monitoramento dos novos indicadores iniciará em janeiro de 2022.

Em seguida, o Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos, Fernando Ferreira, observou que o terceiro indicador não possui total gestão por parte da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, mas este continua a ser monitorado por ser o mais estratégico, e indica a devolutiva da denúncia encaminhada.

Nesse momento, a Ministra Damares Alves questionou se o Ouvidor estava de acordo com os indicadores da Ouvidoria e o Ouvidor se mostrou totalmente de acordo.

Sobre a deliberação dos novos indicadores estratégicos, o Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Toninho Costa, solicitou o registro em Ata que o indicador da Secretaria do Idoso a respeito do Índice de Fundos do Idoso só poderia ser aferido anualmente, pois é a Receita Federal que repassa as informações. Neste momento, o Secretário Toninho também ressaltou que essa notificação já foi passada à equipe da Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica.

A Secretária-Executiva, Tatiana Alvarenga, submeteu à aprovação do Comitê a revisão dos indicadores estratégicos, que foi aprovada com ajustes a serem considerados posteriormente.

Em seguida, a Secretária Tatiana deu prosseguimento ao próximo ponto de pauta que é o aprimoramento ao Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 e os Resultados Intermediários. Nesse momento, a Secretária Tatiana passou a palavra para Diretora Ana Lúcia Muñoz dos Reis.

A Diretora de Planejamento e Gestão Estratégica iniciou a fala explicando que o PPA que está vigente retrata muito pouco o que o Ministério faz com relação à orçamento, como, por exemplo, ações da Secretaria Nacional da Juventude e da Secretaria Nacional da Proteção Global, que não são contempladas no PPA. A Diretora Ana ressaltou que houve um amadurecimento nesta área e, com isso, há condições de mostrar ao Ministério da Economia o que é feito internamente, das portas para dentro, e apresentou as metas que foram alcançadas através dos nossos Resultados Intermediários. Explicou que, nesse momento, será buscado o aprofundamento nas políticas de direitos humanos, que vão além do aporte que foi feito no passado e ressaltou a criação do “Resultado 77”, que retrata *Parcerias, conhecimento e sistematização de dados em direitos humanos*. A Diretora Ana Reis concluiu dizendo que o Ministério da Economia aceitou as sugestões, e isso fará com que o PPA do MMFDH tenha continuidade em gestões futuras. Em seguida, passou a palavra para a Secretária-Executiva Tatiana Barbosa de Alvarenga dar continuidade as deliberações.

Nesse momento, o Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maurício Cunha, pediu a palavra e solicitou a retirada do Programa Famílias Solidárias do PPA, explicou as dificuldades e foi apoiado pelo Ouvidor Fernando Ferreira e pela Ministra Damares.

A Secretária-Executiva Tatiana atendeu ao pedido do Secretário Maurício e reforçou que o PPA é uma das ferramentas de sustentabilidade para este ou outro governo. A Secretária-Executiva colocou os pontos discutidos para deliberação, que foi aprovado pelo Comitê após todas as considerações. A Secretária Tatiana passou a palavra ao Diretor de Projetos, Parcerias e Integração Institucional, Pedro Hollanda.

O Diretor Pedro fez menção aos três pilares de implementação *Project Management Office* (PMO): Gente, Processo e Sistema; ao Portfólio Estratégico 2021-2022; à Metodologia de Gestão de Portfólio e aos Painéis – Power BI. O Diretor deu continuidade falando das Parcerias, da Cooperação Internacional e das Execuções do MMFDH com a apresentação de gráficos. Logo após, passou a palavra para a Subsecretária de Orçamento e Administração, Lorena Ferrer Cavalcanti Randal Pompeu.

A Subsecretária Lorena apresentou as realizações de 2021 na área de gestão de pessoas, de tecnologia da informação, contabilidade e transferências, logística, orçamento e finanças. Finalizou a apresentação com os projetos para 2022.

Após as deliberações e apresentações, a Secretária-Executiva, Tatiana Alvarenga, encerrou a 13ª Reunião do CIGRC.

TATIANA BARBOSA DE ALVARENGA

Secretária-Executiva

VIVIANE PETINELLI E SILVA

Secretária-Executiva Adjunta

SÉRGIO NOGUEIRA SEABRA

Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres

ÂNGELA VIDAL GANDRA DA SILVA MARTINS

Secretária Nacional da Família

MAURÍCIO CUNHA

Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

EMILLY RAYANNE COELHO SILVA

Secretária Nacional da Juventude

MARIANA DE SOUSA MACHADO NÉRIS

Secretária Nacional de Proteção Global

PAULO ROBERTO

Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

CLAUDIO DE CASTRO PANOEIRO

Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

ANTÔNIO FERNANDES TONINHO COSTA

Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

ELAINE CRISTINA GUEDES MARTINS DELLA NINA

Coordenadora-Geral da Comissão de Anistia

FERNANDO CESAR PEREIRA FERREIRA

Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos

DOUGLAS DOS SANTOS RODRIGUES

Coordenador na Assessoria Especial de Assuntos Internacionais



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Fernandes Toninho Costa, Secretário(a) Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa**, em 15/12/2021, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Emilly Rayanne Coelho Silva, Secretário(a) Nacional da Juventude**, em 15/12/2021, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício José Silva Cunha, Secretário(a) Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 15/12/2021, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando César Pereira Ferreira, Ouvidor(a) Nacional de Direitos Humanos**, em 15/12/2021, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Rodrigues Britto, Secretário(a) Nacional de Políticas para Mulheres**, em 15/12/2021, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio De Castro Panoeiro, Secretário(a) Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, em 15/12/2021, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana de Sousa Machado Neris, Secretário(a) Nacional de Proteção Global**, em 15/12/2021, às 19:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Douglas dos Santos Rodrigues, Coordenador(a)-Geral da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais**, em 15/12/2021, às 22:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Cristina Guedes Martins Della Nina, Coordenador(a)-Geral da Comissão de Anistia**, em 16/12/2021, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Angela Vidal Gandra da Silva Martins, Secretária Nacional da Família**, em 16/12/2021, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto, Secretário(a) Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**, em 17/12/2021, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Barbosa de Alvarenga, Secretaria(a)-Executiva**, em 22/12/2021, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Petinelli e Silva, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 07/01/2022, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nogueira Seabra, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 20/01/2022, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2672224** e o código CRC **0E1F4A62**.